OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA: PROJETO DE LEI Nº 3.887/2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes apresentou, no dia 21.07.2020, aos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, a primeira parte da proposta de reforma tributária do Governo Federal. Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 3.887/2020.

A proposta cria a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, em substituição à contribuição ao PIS/Pasep e à COFINS incidentes sobre a folha, a receita e a importação, os quais serão extintos.

O novo sistema proposto pelo Governo Federal será não cumulativo e permitirá o aproveitamento de todo e qualquer crédito vinculado à atividade empresarial (crédito financeiro).

O PL nº 3.887/2020 prevê isenção de CBS sobre a cesta básica, sobre serviços de saúde custeados pelo SUS, sobre serviços de transporte coletivo de passageiros e para entidades beneficentes de assistência social e templos religiosos.

Os principais pontos debatidos na proposta foram delineados no diagrama abaixo:

BELO HORIZONTE

Avenida Raja Gabaglia, 1001 - Pilotis II
Luxemburgo - Belo Horizonte - MG
31 2534.1333

BRASÍLIA

SAUS Quadra 1 - Bloco N - Sala 303
Edifício Libertas - Brasília - DF
61 3226.6172

www.srst.com.br

SÃO PAULO

Rua Maestro Cardim, 377, Conj. 35
Bela Vista - São Paulo - SP
11 3141.0689

Mercado Interno – PJ em Geral

Fato Gerador

Auferimento da receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77; receitas decorrentes de acréscimos à receita bruta, tais como multas e encargos. Não incide sobre receitas decorrentes da exportação para o exterior, assegurada a apropriação dos créditos a elas vinculados.

Base de cálculo

Receita bruta. Não integra a base de cálculo: (i). ICMS e ISS destacados na nota fiscal; (ii). descontos incondicionais indicados no documento fiscal; (iii). a própria CBS.

Alíquota

12% (pessoa jurídica em geral).

Contribuintes

Pessoas jurídicas e equiparadas. Plataformas digitais são responsáveis pelo recolhimento da CBS em determinadas hipóteses.

Creditamento

Crédito correspondente ao valor da CBS destacado em documento fiscal relativo à aquisição de bens ou serviços.

- É vedada a apropriação de crédito em relação a bens e serviços vinculados a receita não sujeita à incidência ou isenta da CBS, exceto nas hipóteses expressamente permitidas.

- Os créditos da CBS serão apropriados e utilizados pelo seu valor nominal, vedadas atualizações.

- Os créditos da CBS apropriados em cada período de apuração serão descontados da CBS incidente sobre as operações ocorridas no mesmo período. Eventual excedente de créditos em determinado período de apuração poderá ser utilizado nos períodos de apuração subsequentes.

- O saldo de créditos existente ao término do trimestre-calendário poderá ser utilizado para: (i). compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia; ou (ii). solicitação de ressarcimento.

- O direito de apropriação e de utilização dos créditos da CBS se extingue após o prazo de cinco anos, contado a partir do primeiro dia do mês subsequente àquele em que ocorreu o fato que gerou o crédito.

Apuração e Recolhimento

Mensal. A apuração e o recolhimento da CBS serão efetuados de forma centralizada pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica. O recolhimento da CBS será efetuado até o dia vinte do mês subsequente ao de ocorrência do fato gerador.

Importação

Fato Gerador

Importação de bens e de serviços do exterior.
O conceito de serviços compreende também a cessão e o licenciamento de direitos, inclusive intangíveis.
A incidência da CBS independe da denominação dada ao serviço.

Base de cálculo

Bens: a base de cálculo da CBS incidente sobre a importação de bens é o valor aduaneiro.
Serviço: valor pago, creditado, entregue, empregado ou remetido como contraprestação pelo serviço, antes da retenção de tributos.

Alíquota

12% (pessoa jurídica em geral).
Alíquotas específicas previstas no Anexo II – produtos sujeitos à incidência monofásica.

Contribuintes

Bens: (i). o importador; (ii). o destinatário de remessa internacional; e (iii). o adquirente de bem entrepostado.
Serviço: (i). os fornecedores residentes ou domiciliados no exterior; (ii). as plataformas digitais domiciliadas no exterior, (iii). em relação às operações realizadas por seu intermédio, em determinadas hipóteses.

Creditamento

A pessoa jurídica sujeita à CBS mercado interno poderá apropriar crédito correspondente ao valor da CBS efetivamente recolhido na importação de bens ou serviços.

Apuração e Recolhimento

Bens: (i). na data do registro da Declaração de Importação; ou (ii). na data do vencimento do prazo de permanência do bem no recinto alfandegado.
Serviço: na data do pagamento, do crédito, da entrega, do emprego ou da remessa de valores como contraprestação pelo serviço.

Outras disposições e disposições transitórias

Crédito acumulado de PIS/COFINS

Os créditos de PIS/COFINS, inclusive presumidos, regularmente apropriados e não utilizados até o dia imediatamente anterior à data em que a Lei entrar em vigor: (i). permanecerão válidos e utilizáveis, mantida a fluência do prazo para sua utilização; (ii). deverão permanecer registrados na escrituração fiscal da pessoa jurídica com a mesma segregação exigida pela legislação anterior à entrada em vigor desta Lei e deverão ser segregados em relação aos créditos da CBS; (iii). não poderão ser utilizados para desconto da CBS; (iv). poderão ser compensados com a CBS, nos termos da legislação aplicável; e (v). somente poderão ser compensados com tributos diferentes da CBS ou ressarcidos caso cumpram os requisitos para tanto estabelecidos na legislação anterior à entrada em vigor desta Lei referente às contribuições mencionadas no caput.

Crédito PIS/COFINS depreciação

Os créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins que, até o dia imediatamente anterior à data que a Lei entrar em vigor, estiverem sendo apropriados com base na depreciação, amortização ou quota mensal de valor, deverão permanecer sendo apropriados na forma prevista na legislação.

Vigência

A partir do primeiro dia do sexto mês após a data de sua publicação.